



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 24 de julho de 2013

JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	1
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO RECEITA FEDERAL	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO CONTAS EXTERNAS.....	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Seleção busca negócios criativos	4
ECONOMIA	
A CRITICA sim & não	5
OPINIÃO	
A CRITICA CAGED	6
ECONOMIA	
A CRITICA Maquiavel e a produção agrícola no Amazonas	7
ECONOMIA	
A CRITICA Novo DI: estudo ambiental	8
ECONOMIA	
A CRITICA Incentivos fiscais em debate.....	9
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS indústria retoma contratações no AM	10
ECONOMIA	

Follow-Up



EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

cieam@cieam.com.br

ZFM – esclarecer para integrar

Sob o título, A renúncia fiscal ao ICMS enfraquece os Estados, em mais uma investida, <http://www.noticiahoje.com.br/NoticiasWeb.aspx?ID=13502167.126209.69405>, publicada no Estadão, do último dia 20, a ZFM recebe mais um bombardeio jornalístico, um problema que o CIEAM começa a enfrentar mais de perto abrindo espaço na mídia do Sul, Sudeste e Brasília para enfrentar a desinformação, por descaso ou má-fé, que coloca o modelo no mesmo patamar de inconstitucionalidade da guerra fiscal ou da renúncia fiscal, como instrumento de redução das desigualdades regionais. "Os governos teriam de ser rigorosos com relação a renúncias fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mas nem sempre o são.", diz a matéria, colocando no mesmo quadro de comparação entre os estados que não têm o expediente constitucional da ZFM. "A renúncia fiscal é um mecanismo perverso, dado o custo elevado - o espaço dos Estados para reduzir tributos em ge-

ral fica menor, pois eles têm de compensar o que perdem com os benefícios", diz Roberto Kupski, presidente da Febrafite, uma federação de associações de fiscais estaduais. É imperativo colocar as informações em seus devidos lugares.

Abrindo espaços

Nesta segunda-feira, o presidente do CIEAM, Wilson Périco, foi recebido pela editoria de Economia da Folha de São Paulo, por articulação da Printer Press, empresa de comunicação corporativa, escalada pelo CIEAM exatamente para abrir espaços de esclarecimentos e posicionamento da entidade junto à opinião pública nacional. Esta iniciativa inaugura uma rotina de contatos e entrevistas com os diversos veículos de jornalismo econômico, para mostrar o perfil industrial da economia local, seu desempenho no desenvolvimento regional, os benefícios gerados e a integração deste modelo com a economia do país, na perspectiva de comprovar que a ZFM, em última instância, é a Zona Franca do Brasil. A ma-

téria citada é tendenciosa, equivocada e ilustrativa: "Mesmo no Estado de São Paulo, onde os incentivos são concedidos com parcimônia, esse custo foi de 9,9% da arrecadação, o que é muito para o Estado, embora pareça pouco, proporcionalmente, ao Amazonas, em que esse incentivo subtraiu 2/3 das receitas estaduais."

Esclarecimentos tímidos - A Nota Técnica, produzida com a participação do CIEAM, em maio último, e que envolveu Suframa, governo do Estado e demais entidades, ficou e s t r a n h a m e n t e guardada desde então. Ali está demonstrado o resumo dos equívocos e das distorções veiculadas sobre a ZFM, a insinuação enganosa de paraíso fiscal de que a opinião pública nacional precisa saber. Temos que reconhecer a timidez das entidades de classe em demonstrar, nesse contexto de intrigas e desinformação, a contribuição efetiva das empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus para a qualificação de recursos humanos, o suporte às cadeias produtivas do interior, o fomento ao turismo e os recursos para Pesquisa e Desenvolvimento, além das verbas contingenciadas da Suframa - as taxas de serviços administrativos recolhidas pelas

empresas - que originalmente eram utilizadas para promover atividades para geração de emprego e renda nos municípios da Amazônia Ocidental.

Divórcio nocivo

A notícia alarmante e elucidativa, publicada ontem pelo Portal da Indústria, serve para explicar os danos causados pelo divórcio entre academia e setor produtivo: no Brasil, mais da metade dos estudantes de engenharia abandona o curso antes da formatura. Essa estatística

sombria veio à tona no levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com base em uma análise inédita de dados do Ministério da Educação (MEC). O re-

ZFM recebe mais um bombardeio jornalístico, um problema que o CIEAM começa a enfrentar

flexo disso está na dificuldade do SINE-AM, o Serviço Nacional de Emprego, de preencher vagas para engenheiros para atuar no Distrito Industrial, ou na construção civil. Eis a seqüela perversa da falta de integração entre academia e demandas do chão de fábrica. Em 2007, 105.101 pessoas ingressaram em cursos de engenharia em instituições públicas e particulares. Cinco anos depois - tempo previsto para a conclusão do curso - apenas 42,6% dos estudantes se formaram. Ao todo, 57,4% desistiram no meio do caminho.

Diagnósticos e proposições

A principal causa deste fenômeno de evasão e esvaziamento é a deficiência na formação básica dos estudantes em Matemática e Ciências, aliada à dificuldade de parcelas significativas de estudantes em pagar as mensalidades nas faculdades privadas. Ainda nesse contexto de desistência aparece a desmotivação provocada pela falta de experiências práticas durante o curso e a necessidade muito prematura de escolha de especializações. Falta planejamento e integração. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2011 aponta que as faculdades de engenharia que obtiveram as notas mais baixas - um e dois - representam 39% do total.

Entidades insistem em P&D - este cenário preocupante, aliado à desarticulação entre as universidades e o setor produtivo, ilustrado pela ausência da representação das empresas - responsável pelo aporte orçamentário da Universidade do Estado do Amazonas - no Conselho Consultivo que ainda nem foi instalado, está na origem do posicionamento do CIEAM/FIEAM em relação aos recursos das empresas para Pesquisa e Desenvolvimento. Em carta dirigida à Suframa, dia 18 último, foram apresentadas algumas sugestões para a revisão da es-

trutura e funcionamento das atividades de P&D no âmbito da Amazônia Ocidental, ou seja, a área de atuação da Suframa, tendo por base e premissa a integração regional e a articulação institucional de defesa do modelo.

Grupo de Trabalho

Entre as propostas, vale destacar a instituição de um grupo de trabalho com o objetivo de propor nova metodologia para as aplicações cuja fonte de recursos seja estabelecida por portarias de PPB de maneira a fomentar o desenvolvimento regional junto a instituições credenciadas pelo CAPDA. Outro item a destacar, nesse contexto de integração e articulação, é a revisão ou estabelecimento de novos programas prioritários e os critérios de acessos e aportes dos recursos, e submeter à apreciação do CAPDA, com destaque para Programas com focos determinados em áreas de impacto na sociedade como Saúde e transporte de massa. Tendo estes programas abrangência dos gastos para realização de obras estruturantes ou mesmo equipamentos. Os recursos de P&D, vale repetir, são contrapartida de renúncia fiscal, e que sua gestão precisa, obrigatoriamente, de celeridade, transparência e evidências do retorno à sociedade.

* Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas.

RECEITA FEDERAL

Arrecadação cresce 18,6%

RESULTADO EM JUNHO MOSTRA ALTA ROBUSTA NA COLETA DE TRIBUTOS

Foto: Walter Mendes

No mês de junho de 2013, a arrecadação tributária federal jurisdicionada pela Delegacia da Receita Federal em Manaus foi 22,9% maior que a relativa ao mesmo período de 2012 em valores nominais, sem levar a inflação em consideração. Com os efeitos da inflação, estimada pelo índice IPCA dos últimos doze meses em 6,70%, houve aumento da arrecadação de 15,2%. Já o Estado do Amazonas, o qual além da Delegacia abrange também as Alfândegas do Aeroporto Eduardo Gomes e do Porto de Manaus, apresentou uma aumento de 18,6% na arrecadação sem levar a inflação em consideração e uma acréscimo de 11,1%, levando-se esta em consideração.

Comparativamente, a arrecadação da 2ª Região Fiscal, equivalente à região Norte excluindo-se o Estado de Tocantins, foi 15,6% maior em valores nominais, e 8,3% maior, quando corrigida pela inflação. O valor arrecadado pela Delegacia em Manaus representou, no mês, 47,2% do total arrecadado na 2ª Região Fiscal. Tal participação, no mesmo mês do ano anterior, era de 44,4%. Considerando-se todo o Estado do Amazonas, a participação foi de 51,2% em junho de 2013 e de 49,9% em junho de 2012.

A arrecadação do IRPJ apresentou um expressivo incremento de 112,9%. Tal resultado se deveu principalmente ao



Resultado da Indústria eletrônica estimulou desempenho

aumento nos recolhimentos das empresas classificadas na divisão da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) de "fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos", com um expressivo aumento na arrecadação do tributo de 202%. Este expressivo incremento foi atípico e causado por poucas empresas, não sendo uma tendência dos contribuintes deste setor. Uma outra divisão que apresentou

incremento expressivo foi a de "fabricação de bebidas" com um aumento de 535% na arrecadação do tributo.

A CSLL também apresentou um excelente desempenho com um aumento de 55,1% na arrecadação. Destacaram-se novamente as empresas classificadas na divisão de "fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos", com crescimento de 229% na arrecadação e de "fabricação de bebidas", com

acréscimo de 118%.

Cofins e PIS

A arrecadação da Cofins apresentou um bom incremento de 19,2% em junho. O principal fator foi o bom desempenho na arrecadação das empresas classificadas na divisão CNAE de "fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos", com incremento de 40,2%. Também apresentou um bom desempenho a arrecadação das empresas classificadas na divisão econômica de "fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores", cuja principal atividade é a fabricação de motocicletas, com incremento de 7,3%. Já os recolhimentos do PIS apresentaram resultados similares, com incremento de 20,9%, resultante principalmente do desempenho dos mesmos setores: aumento na arrecadação das empresas classificadas na divisão CNAE de "fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos" de 41,5% e das empresas classificadas na divisão "fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores", com acréscimo de 8,49%. Destacaram-se também as empresas classificadas na divisão CNAE de "fabricação de produção de metal, exceto máquinas e equipamentos", com crescimento de 296%.

IPI

O bom resultado na arrecada-

ção deste tributo em junho/12, com incremento de 112,9%, se deu principalmente em função do desempenho da arrecadação das empresas classificadas nas divisões CNAE de fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos", com incremento de 40,7%; e de "fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores", com aumento de 1.880%. Já na análise por rubrica do tributo, destaca-se o bom desempenho na arrecadação referente a multas e juros em autuações fiscais, a qual aumentou mais de oito vezes na comparação com o ano anterior.

IRRF

O IRRF apresentou um aumento na arrecadação de 10,9% no comparativo com junho de 2012. A principal causa foi o bom incremento no recolhimento deste imposto quando incidente sobre "pagamentos de royalties e assistência técnica a residentes no exterior", com aumento de 50,4%.

Analisando-se conforme a classificação econômica das empresas (CNAE) verifica-se que o principal fator foi o expressivo aumento na arrecadação das empresas classificadas nas divisões de "fabricação outros equip. transp., exceto veículos automotores" com redução de 84% e de "impressão e reprodução de gravações", com aumento de 279%.

CONTAS EXTERNAS

Deficit em transações é recorde no semestre

BALANÇO PARA OS PRIMEIROS SEIS MESES DO ANO MOSTRA RESULTADO SEMELHANTE AO VERIFICADO NO ANO DE 1995

Foto: Divulgação

O saldo negativo nas transações correntes do Brasil com o exterior somou US\$ 4 bilhões em junho, valor pouco menor que o registrado um ano antes (US\$ 4,4 bilhões) e mais baixo que o projetado pelo Banco Central (US\$ 5,4 bilhões) para o mês.

No primeiro semestre, o deficit soma US\$ 43,5 bilhões, maior valor para o período desde 1995 e 72% superior ao rombo registrado de janeiro a junho de 2012 (US\$ 25,2 bilhões).

Esse número reflete um desempenho fraco da balança comercial, que é influenciado por uma queda nas exportações e por um aumento das importações e também sofre impacto de uma mudança na forma de a Petrobras registrar suas compras de combustível no exterior no ano passado, o que levou parte dessas aquisições a só ser incluída nos dados oficiais em 2013.

Essas transações incluem as trocas comerciais de bens e serviços, como viagens e aluguéis de equipamentos, mais as transferências de renda, como remessa de lucros e pagamento de juros.



Número reflete desempenho fraco da balança comercial, influenciado pela queda nas exportações

Já a conta capital e financeira - que registra a entrada e saída de investimentos no país - ficou positiva em junho em US\$ 2,7 bilhões, não sendo suficiente portanto para cobrir o deficit nas transações correntes.

O destaque ficou pela entrada forte de investimento produtivo e de recursos para aplicação em

renda fixa, que somaram US\$ 7,2 bilhões cada. O fluxo expressivo de investimentos para títulos de renda fixa refletiu a retirada dos impostos sobre investimentos estrangeiros nessas aplicações em 5 de junho. Por outro lado, houve forte saída de recursos que estavam investidos em ações (US\$ 3,7 bilhões).

Seleção busca negócios criativos

SELECIONADOS GARANTEM PARTICIPAÇÃO NA MAIOR VITRINE DE PRODUTOS DA REGIÃO NORTE: A FIAM

Foto: Divulgação



Fapeam seleciona empreendedores criativos para participar da Fiam

Com o objetivo de investir em empreendimentos que tenham o potencial de desenvolver a economia da Região Amazônica, o Governo do Estado, por meio da Fapeam (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas), disponibiliza o

Edital 021/2013 - Programa de Apoio para o Salão de Negócios Criativos - Criação de Ativos da Amazônia. Os selecionados garantem participação em uma das maiores vitrines de produtos e serviços da região Norte: a Fiam (Feira Internacional da Amazônia), que acontece

de 28 a 30 de novembro, em Manaus.

O programa selecionará planos de negócios para exposição a investidores e outros potenciais incentivadores no 'Salão de Negócios Criativos da Fiam 2013', uma realização da Suframa (Superintendência da

Zona Franca de Manaus) e do CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia), que tem por objetivo o investimento financeiro em empreendimentos que consigam aliar rentabilidade e impactos positivos ao desenvolvimento regional.

No âmbito do evento, tam-

bém serão realizados o 'Fórum de Investidores na Amazônia' e a exposição de propostas de negócios inovadores que estejam vinculados às potencialidades da região amazônica.

Quem pode se inscrever

O edital destina-se a empresas, institutos de pesquisa tecnológica e inventores/pesquisadores (pessoa física) de todos os Estados da Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

As linhas de interesses são produtos regionais (frutas, sementes, óleos essenciais, fibras e peixes); produção (bioindústria, biocosméticos, fitoterápicos, fitocosméticos, artefatos, móveis de madeira e biojoias); turismo e outros planos de negócios de setores que tenham o potencial de desenvolver a economia da região Amazônica, como software, logística de transporte fluvial, energia, petróleo e gás, telecomunicações, mineração, eletrônica, entre outros.

Sobre a inscrição

Os interessados em se inscrever devem ter cadastro no SIGFapeam, ler o Edital 021/2013 completo e realizar os procedimentos indicados no item sete.

A submissão das propostas vai até o dia 30 de agosto no protocolo da sede da Fapeam, situado à travessa do Dera, s/n, Flores, no horário das 9h às 13h.

O resultado

Serão selecionadas 15 propostas por uma equipe técnica da Fapeam e por representantes da Secti-AM (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas), do BNDDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) e da Suframa.

O resultado será divulgado no dia 20 de setembro.

Esclarecimentos e outras informações sobre o Edital 021/2013 podem ser obtidos encaminhando e-mail para: deapro@fapeam.am.gov.br.

POR DENTRO

Cronograma do Programa

ATIVIDADE	DATA
Data para submissão da proposta	30/08/2013
Divulgação do resultado	A partir de 20/09/13
Apresentação na 7ª Fiam	28 a 30/09/2013

sim & não

Gasto com Arena vai a R\$ 605 milhões

O Tribunal de Contas União (TCU) liberou o segundo aditivo à Arena da Amazônia, que é de R\$ 54.457.368,36. O custo da Arena aos cofres do Estado serão elevados de R\$ 550 milhões para o valor de R\$ 605.163.260,30. A decisão do TCU foi publicada num relatório de acompanhamento (TC 019.083/2013-0) do órgão aprovado no dia 17 deste mês. O BNDES será notificado de que não há "ôbices, até o momento, à continuidade do regular fluxo de recursos financiados".

Tal Pilatos No relatório, o TCU diz que não contava com a estrutura necessária para verificar "in loco" todos os itens que contribuíram para o aumento da obra, mas deu "dicas" ao TCE de algumas irregularidades e apontou que é ao órgão estadual que cabe a fiscalização diurna da obra.

Tá na rede Em várias ocasiões, registradas inclusive no site do Governo do Estado, o governador Omar Aziz (PSD) declarou que não iria pagar um centavo a mais pela obra. "O valor que o TCU estabeleceu vai ser cumprido", declarou, no ano passado, quando o órgão apontou sobrepreço na Arena.

Sem stress Enquanto Manaus vive uma onda de anúncios de pré-candidaturas

ao Governo do Estado para 2014, o senador Eduardo Braga (PMDB), favorito nas pesquisas, descansa em férias com a família. Ontem, preferiu não interromper a programação para comentar o assunto.

Isso pode, produção?

Um perfil do Facebook identificado como Robert Almeida Amoedo anunciou, no grupo Classificados Manaus, a venda de um apartamento no "Viver Melhor" por "apenas" R\$ 55 mil. As moradias eram para priorizar pessoas de baixa renda e não para servir de balcão de negócios.

Bem avaliado Deu certo a iniciativa do secretário de Finanças, Ulisses Tapajós, de iniciar a recuperação da credibilidade do erário

municipal junto ao empresariado. O Sebrae estima que desde abril foram realizados cerca de 500 pagamentos a fornecedores.

Entre outras coisas Um dos grandes problemas enfrentados pelas micro e pequenas empresas ao contratar com órgãos públicos é o atraso nos pagamentos. Há dois meses, Tapajós colocou em funcionamento o "Programa de Respeito ao Fornecedor" que visa manter em dias as contas da prefeitura.

Nem um, nem outro O Movimento Passe Livre Manaus (MPL) vai realizar assembleia popular na sexta-feira para debater CPI dos transportes. Os membros do movimento estão insatisfeitos com a

base aliada que barra a criação da mesma. E também com a oposição, que não quer focar as empresas.

Debates O senador Randolfé Rodrigues (PSOL-AP) desembarca hoje em Manaus, às 22h30, para participar amanhã de debate sobre "Povos, Territórios e Mudanças". O evento, organizado pelo diretório estadual do PSOL, será na CMM, entre 9h e 13h. O encontro terá a presença de lideranças indígenas.

Embates Randolfé Rodrigues foi um dos mais eloquentes opositores ao senador Alfredo Nascimento (PR) no auge do escândalo que ficou conhecido como "Mensalinho do PR" e que culminou na saída dele do Ministério dos Transportes.

PINGA FOGO

✘ A passagem da presidente do TSE, Carmen Lúcia, por Manaus será breve. Ela chega às 9h15 de hoje, faz palestra às 11h, almoça com membros do TRE-AM e retorna a Brasília de tarde. Visitas ao interior foram abortadas por causa da agenda da ministra.

✘ O vereador Carlos Alberto (PRB) foi à tribuna, ontem, se dizer agredido e humilhado com as críticas em relação ao projeto de lei apresentado por ele, que prevê recursos do orçamento municipal para eventos de igrejas evangélicas.

✘ A reação dele veio após A CRÍTICA publicar matéria em que artistas locais classificaram a medida como preconceituosa por excluir demais religiões e por não priorizar outras questões no incentivo à cultura.

CAGED

AM 'parou' de contratar

Oferta de empregos formais no Amazonas continua estagnada. Em junho, saldo foi de apenas 0,52% em relação a maio

CINTHIA GUIMARÃES
cintia@guimaraes@critica.com

Com um crescimento de 0,52% a criação de empregos no mês de junho, no Amazonas, ficou praticamente estagnada, na comparação com maio. Entre admissões (17.449) e demissões (15.115), o saldo positivo foi de 2.334 empregos celetistas (regidos pela CLT). Em relação ao mês de junho de 2012, quando houve um saldo positivo de 1.604 postos de trabalho, o acréscimo foi de 0,35%.

Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A indústria de transformação foi a que gerou o maior número de empregos (1.677), seguida pelo setor de serviços (515) e pela construção civil (216). A soma de empregos gerados no primeiro semestre (+8.118) foi 1,8% maior que os seis primeiros meses de 2012. Já nos últimos 12 meses, verificou-se crescimento de 2,87% no nível de emprego ou +12.809 postos de trabalho.

NACIONAL

Em nível nacional, a criação de empregos no semestre teve o pior saldo desde 2009. O Brasil criou 826.168 novos postos formais de trabalho, o que representa uma queda de 21,1% frente ao mesmo período do ano passado, quando foram abertas 1,04 milhão de vagas. No mês de junho de 2013, o País gerou 123.836 empregos com carteira assinada, o que representou um crescimento de 0,31% em

relação ao estoque do mês anterior.

Os indicadores do Caged vem a calhar no momento em que a economia brasileira passa por uma fase morna e o governo enfrenta uma crise de confiança. O comportamento do mês de junho originou-se da expansão de todos os oito setores de atividade econômica.

A avaliação do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, é positiva, porque o resultado do mês mantém a tendência de crescimento do emprego. "Foi um bom resultado para o mês, se considerarmos as condições do emprego no atual momento. A expectativa é que esse comportamento seja a continuidade da trajetória de crescimento", afirmou.

Segundo a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), o arrefecimento no mercado de trabalho, detectado pelos dados do Caged, devem comprometer o crescimento das vendas no varejo. Para as entidades, a estimativa é que o comércio feche 2013 com crescimento de 4,5%, o que representa uma desaceleração na comparação com 2012.

SALÁRIO MÉDIO

No primeiro semestre de 2013, os salários médios de admissão apresentaram um aumento real de 1,70%, em relação ao mesmo semestre de 2012, ao passarem de R\$ 1.072,33 em 2012, para R\$ 1.090,52 em 2013. Particularmente no Amazonas, houve queda de R\$ 1.009,81 em 2012 para R\$ 990,73 este ano.

O Caged funciona como termômetro de como se comporta o mercado de trabalho e o desempenho da economia nacional.



Indústria de transformação foi a que mais gerou empregos no Amazonas

Caged Amazonas			
Mês/Ano* (Junho/2013) - sem ajuste			
Adm.	Deslig.	Saldo	%
17.449	15.115	2.334	0,52
Acumulado (Jan a Junho 2013) - com ajuste			
Adm.	Deslig.	Saldo	%
116.431	116.431	8.118	1,8
Últimos 12 meses (Jul/12 a Jun/13) - com ajuste			
Adm.	Deslig.	Saldo	%
230.446	217.637	12.809	2,87

Corte vai afetar os concursos

O corte de R\$ 10 bilhões no orçamento do governo federal este ano também vai atingir a realização de mais concursos públicos.

Parte do corte, R\$ 5,6 bilhões, sairá da revisão para baixo dos gastos com contratações do setor público, subsídios para entidades que têm parceria em programas de crédito do governo, impressão de cédulas e moedas e o ressarcimento ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pela desoneração da folha de pagamento de alguns setores produtivos.

De acordo com Miriam Belchior, o governo adiará algumas contratações por concurso público. "Algumas (serão adiadas) ainda para este ano, e outras estamos reavaliando quando serão realizadas", declarou.

No geral, os órgãos públicos terão limites para despesas com diárias, passagens, material de consumo, energia elétrica, serviços administrativos, de limpeza e de vigilância. Serão afetados também os serviços com tecnologia da informação, com locação e aquisição de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos. (Agência Brasil).

Blog

Gilmar Freitas

ECONOMISTAS DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO AMAZONAS



Em maio tivemos uma queda de 1% em relação à abril. Se agora teve crescimento, significa que em nossa produção está havendo recuperação de emprego, diferente do restante do País. A indústria assim como ela lidera em termos de faturamento e arrecadação de impostos, faz sua colaboração em relação aos empregos. É através da produção industrial que se gera a necessidade vagas de trabalho tanto no comércio e nos serviços. A indústria além de gerar emprego, faz com que ative a economia, gerando necessidades. Quanto ao reflexo da nossa economia, posso dizer que em relação à União Europeia e EUA estamos muito bem, apenas Ásia e Rússia estão em melhores situações que o Brasil. Não sou daqueles economistas que pensam no pior, estamos no sentido mais otimista".

Maquiavel e a produção agrícola no Amazonas

Qual a relação entre Inpa, Embrapa, Cba, Universidade, Escolas agrotécnicas, Suframa, Sudam, Fapeam, Secti, Sepror, Idam e a produção de alimentos no Amazonas? Todas essas instituições estudam, pesquisam ou ocupam-se em gerenciar soluções capazes de viabilizar as atividades agrícolas e pecuárias no estado. Mas não conseguem. Por quê? Analisadas individualmente, tais instituições apresentam idiossincrasias próprias. Além de campos de atividades claramente delimitados, obedecem a normas operativas derivadas de seus próprios estatutos. Arrostam rotineiramente carências de recursos financeiros face às carências de investimentos demandados pela comunidade, além de quadro de pessoal técnico quase sempre inferior às suas necessidades.

Logo, diante de gama tão extensa de problemas, onde se coloca o ente governo como agente gerenciador das assimetrias que se apresentam ao Executivo no campo das políticas públicas? A ideia difusa é a de que o governo tudo pode.. Em tese, talvez sim, desde que detenha a necessária competência para tal. Ocorre que, por definição a máquina pública e seu aparato burocrático carecem de autoridade ou de conhecimentos necessários para a avaliação e tomada de decisão ante os desafios do governo. Além do mais, conveniências eleitoreiras não raro embotam raciocínios e mentes, impedindo que o problema seja avaliado, discutido e decidido tangencialmente aos anseios maiores da coletividade. Necessário se torna, com efeito,

Quiriz

Silva

e-mail:
quirizasilva@
gmail.com



mudar o quadro gerencial de sorte a permitir que o Executivo venha a tornar-se efetivamente capaz de administrar as correlações de força do conjunto das entidades de ensino, pesquisa e extensão que atuam no e em favor do setor primário. Lições indelévels legadas por Maquiavel, em O Príncipe, dão conta de que "a ação política, para ser eficaz e responsável, exige informação correta, diagnóstico oportuno, avaliação adequada dos resultados previsíveis, capacidade de decisão e, sobretudo, sabedoria". O filho de Florença e ator de primeira grandeza do Renascimento, séculos XIV e XV, também escreveu que "a primeira impressão que se tem de um governante e da sua inteligência é dada pelos homens que o cercam". Quando eficientes e fiéis "pode-se

sempre considerar o príncipe sábio, pois foi capaz de reconhecer a capacidade e de manter fidelidade; mas quando a situação é oposta pode-se sempre fazer dele mau juízo, porque seu primeiro erro terá sido cometido ao escolher os assessores". Em resumo, "não é a intenção que valida um ato, mas seu resultado". A compreensão dessas deficiências estruturais que determinam a absurda carência na produção de alimentos no Amazonas, só pode residir em anciãos princípios de filosofia e história aqui não assimilados. Não pode, sensatamente, haver outra justificativa plausível para esse fenômeno. Se não produzimos frutas, legumes, peixes, carnes, farinhas e laticínios, tais carências não são por certo determinadas pelo fator terra, existente em abundância na

Amazônia. O Inpa tem armazenado importantes conhecimentos sobre viabilidade econômica dos cogumelos para a Amazônia, abelhas-sem-ferrão, peixe transparente do rio Negro, entre tantos outros relevantes resultados de pesquisas científicas. Entretanto, seu departamento de Agronomia e de Engenharia Agrícola não consegue, individualmente, associado à Embrapa ou à Universidade desenvolver sistemas de produção e, assim, disseminar pacotes tecnológicos essenciais à expansão da agropecuária no estado. Há certamente outros fatores inibidores, porém, ao que penso, este certamente é o determinante do porque continuamos a importar peixes e milho de Rondônia, cheiro verde do Ceará, farinha de Belém e da Bahia.

Novo DI: estudo ambiental

Seplan diz que em 20 dias fica pronto o estudo ambiental do parque industrial previsto para ser instalado em Iranduba

OLÍVIA DE ALMEIDA

olivia.almeida@acritica.com.br

O estudo ambiental do futuro parque industrial que será instalado no município de Iranduba (a 25 quilômetros de Manaus) deve ser concluído em até 20 dias. Mesmo em fase inicial, o projeto já despertou o interesse de mais de 20 empresas. Entre elas, uma que possui sede no Estados Unidos, segundo a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan).

"Atualmente, estamos na fase de escolha do terreno. Temos três possibilidades e daremos preferência por aquele em que o impacto ambiental vier a ser o menor possível e que, em contrapartida, possua espaço suficiente para uma futura expansão", disse a coordenadora do projeto, da Seplan, Maria de Fátima Raposo Câmara.

O projeto tem por objetivo concentrar no mesmo local a indus-

Além de Iranduba, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Itacoatiara também contarão com a instalação de um parque industrial, e deverão ter seus estudos iniciados a partir que o outro for concluído.

trialização de matérias-primas regionais como juta, malva para sacaria, madeira para mobiliário, óleos vegetais, biocosméticos, cerâmica e olaria, entre outros.

PROVÁVEL
Para o prefeito de Iranduba, Xinaik Medeiros, o terreno mais provável para receber o parque deverá ser o localizado no KM 6, da Rodovia Carlos Braga, que possui

aproximadamente 90 hectares. "Ele é bem localizado e a área conta com uma estrada em boas condições e iluminação", apontou.

Após o período de estudo de impacto ambiental iniciará a etapa envolvendo legalização e desapropriação dos terrenos. "Esse processo levará algo em torno de 45 dias. A partir daí teremos a dimensão do investimento necessário para a execução do projeto, espaços dos lotes e quantas empresas poderão compor o novo parque Industrial", informou Maria.

RESTRIÇÕES

O secretário-adjunto de Políticas Setoriais da Seplan, Appio Tolentin adianta que uma das restrições do Governo do Estado é que 50% da mão de obra das empresas que farão parte do parque sejam de trabalhadores do próprio município de Iranduba.



Projeto cria condições para interiorizar desenvolvimento nos municípios da RMM

E por conta disso, a prefeitura já planeja, durante as obras do parque, oferecer aos trabalhadores do município cursos de capacitação de acordo com as necessidades das fábricas que irão ser instaladas. "Essa é uma forma de gerar fonte de renda e movimentar a economia na região", apontou Medeiros.

Atualmente, as novas fábricas já encontram dificuldades para se instalar em Manaus por conta da falta de terrenos. "Há 40 anos ninguém iria imaginar que o Distrito Industrial não teria mais espaço para novas empresas, mas, por conta disso, muitas delas se instalaram na Avenida Torquato Tapajós, AM10 e até BR-174, mas esses lugares não possuem infraestrutura adequada, algumas fábricas sofrem com a falta de energia, por exemplo", disse Maria de Fátima.

Incentivos fiscais em debate

Corecon discutirá a PEC que estendeu os incentivos da ZFM para os municípios da Região Metropolitana

Os economistas consultivos do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon/AM) irão se reunir amanhã, às 16h, no auditório da instituição para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estende os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus à Região Metropolitana de Manaus (RMM), além de propostas para a instalação do

Polo de Componentes nos municípios que compõem a RMM.

Segundo o presidente da entidade, Marcus Evangelista, o encontro tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento econômico nessas cidades, aumentando assim as oportunidades de empregos na região. O resultado do encontro será descrito em uma ata a ser encaminhada

aos órgãos competentes. "Nosso objetivo é contribuir para o crescimento do Estado e acreditamos que podemos auxiliar com propostas para a Região Metropolitana", observou Evangelista.

Participarão da reunião o próprio Marcus Evangelista, o vice-presidente da entidade, Nelson Azevedo, que também é vice-presidente da Federação das Indú-

strias do Estado do Amazonas (Fieam), o ex-prefeito de Manaus e economista Serafim Corrêa, além dos consultores econômicos Jose Laredo, Rodemarck Castelo Branco, Francisco Assis de Mourão, Hélio Pereira e outros importantes profissionais da área.

Criada pela Lei Complementar Estadual nº 52/2007, a RMM era inicialmente constituída por



Marcus Evangelista, do Corecon-AM

Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Mas uma decisão do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM) de 2011 considerou constitucional a Lei 64/2009.

A nova lei modificou a legislação anterior e incluiu os municípios Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga e Manauquiri na composição da RMM. Contudo, a PEC que estende os incentivos fiscais da Zona Franca e está em tramitação no Congresso considera os oito municípios contemplados na primeira legislação.

Indústria retoma contratações no AM

▼ Dados do Caged revelam que setor registrou saldo de 1,6 mil vagas das 2,3 mil abertas em junho

TEXTO Rosana Villar com agências

MANAUS

○ número de trabalhadores empregados no Amazonas apresentou leve expansão em junho deste ano, de 0,52%, na comparação com maio, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O destaque foi para a indústria, que fechou o mês com saldo positivo de 1.667 novas vagas.

Apesar do bom resultado, o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, está cauteloso, pois há incertezas, como a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que paira sobre o sucesso do modelo.

“Ainda existem algumas incertezas que fogem do domínio



do empresariado, como a variação cambial, a concorrência com os importados e a insegurança jurídica que a reforma do ICMS está causando. São situações que deixam o investidor um pouco apreensivo e isso ainda pode ter reflexos na produção e nas contratações”, avalia.

De acordo com o empresário, as contratações foram im-

pulsionadas pelo aumento da produção nos setores de eletroeletrônicos e de motocicletas de alta cilindrada. Segundo o Caged, a indústria de componentes elétricos, que fornece para as fabricantes de eletroeletrônicos, teve saldo positivo de 1.014 postos e o Pólo de Duas Rodas fechou o mês com 174 novas vagas.

A construção civil também apresentou resultado positivo em junho, com saldo de 216 novos postos de trabalho.

Entre os setores que tiveram resultado negativo estão o comércio, que apresentou saldo de menos 69 vagas, e a agropecuária, com saldo negativo de 18 postos celetistas.

A geração de empregos do mês passado superou em 45% os números registrados no mesmo mês de 2012. Considerando os últimos 12 meses, o nível de trabalho no Estado já é 2,8% maior que o registrado no ano anterior, com saldo total de 12.809 novas vagas.

Entre os 11 municípios com mais de 30 mil habitantes acompanhados pelo Caged, seis apresentaram saldo negativo, entre eles, Parintins, com resultado de menos 183 vagas, e cinco tiveram resultado positivo, com destaque para Tefé, que teve incremento de 86 postos de trabalho.

MERCADO

País registra leve alta na oferta de vagas

Em junho foram gerados no Brasil 123.836 novos empregos com carteira assinada, um crescimento de 0,31% no estoque, na comparação com maio. Nos primeiros seis meses deste ano, o saldo de empregos do País, resultado do número de admissões decrescido dos desligamentos do período, chegou a 826.168 postos de trabalho, um crescimento de 2,09% em relação ao mesmo período de 2012. Nos últimos 12 meses, o crescimento foi de 2,58%. Para o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, o resultado do mês mantém a tendência de crescimento do emprego no País.